

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas às atividades do Centro Clínico Gaúcho Ltda., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, elaborado de acordo com as normas vigentes, acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

PANDEMIA – COVID 19

O exercício de 2021 foi marcado novamente por desafios impostos pela crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19, que atravessou o seu momento mais crítico no primeiro semestre do ano. Já ao longo da segunda metade de 2021, o avanço substancial no processo de vacinação da população brasileira levou à diminuição do número de internações e óbitos e possibilitou a retomada de setores econômicos até então paralisados. Entretanto, a emergência desse quadro mais promissor foi contraposta pelo cenário conturbado relacionado à inflação mais elevada e aos juros alcançando o campo contracionista. A escalada dos preços se mostrou mais persistente e disseminada e exigiu uma postura mais restritiva do mercado, esse fator pressionou a renda disponível das famílias e empresas, reduzindo o espaço para um crescimento mais intenso do consumo de novos bens e serviços, fato que se refletiu na perda de vigor da atividade econômica no decorrer do ano.

CENÁRIO ECONÔMICO

O mês de janeiro foi marcado por números recordes tanto do ponto de vista epidemiológico quanto com relação aos indicadores econômicos. O número de casos confirmados de Covid-19 acelerou de forma exponencial ao longo do mês e atingiu máximas records de casos diários ao redor do mundo. Apesar da variante Ômicron ser menos severa se comparada às cepas anteriores do vírus, o elevado número de contágios trouxe um peso significativo sobre o sistema de saúde ao redor do planeta, com aumento de hospitalizações, em sua maioria, não vacinados ou que não completaram o ciclo vacinal. Diante desse cenário, a maior parte das economias avançadas experimentou uma redução da mobilidade, que repercutiu sobre a desaceleração da atividade econômica, tanto no setor industrial quanto no setor de serviços. No cenário internacional, destaque para a inflação nos Estados Unidos apresentando alta de 7,0% no ano, a maior variação nos últimos 40 anos. Enquanto isso, a economia chinesa cresceu 8,1% em 2021, mesmo perdendo forças no Segundo semestre, devido a crise no setor imobiliário. A respeito da atividade econômica brasileira, CIS resultados positivos permearam todos os setores da economia. A indústria fechou o ano de 2021 com crescimento de 3,9%, interrompendo os resultados negativos verificados em 2019 e 2020, já o setor de serviços 10,9% de crescimento em 2021, após ter recuado 7,8% em 2020. O comércio varejista, por sua vez, apresentou

alta de 1,4% no ano, patamar ligeiramente superior ao observado em 2020, contudo isso não muda a percepção de que o ambiente doméstico em 2022 será desafiador. Apesar do crescimento observado no setor de serviços, o desempenho do longo do último ano foi prejudicado pela escassez e encarecimento de insumos em alguns segmentos e, pelo lado da demanda interna, houve influências negativas vindas de juros mais altos, aceleração da inflação pressionando o orçamento familiar e um mercado de trabalho ainda em processo de recuperação. No RS, a economia apresentou bom desempenho frente à 2020, liderado pelo setor de serviços que teve a maior alta do período de 12,1%, seguida pela área da Indústria que desempenhou 8,8% frente ao ano anterior. O comércio anotou o menor desempenho entre os três setores, com alta de 2,9% ante o ano anterior. Na área da saúde, de acordo com informações da ANS, a base de beneficiários teve um leve crescimento, na faixa de 3% em 2021, confirmando um novo ciclo de ascensão, deixando para trás a sequência de quedas que durou até 2019.

CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Clínico Gaúcho — CCG iniciou o período de 2021 com fortes expectativas de bons resultados, até que uma nova onda causada pela Pandemia do Covid-19 se instalou e trouxe com ela novos aumentos de custos em função da necessidade de internações dos beneficiários que contraíram a doença. Este alto custo se estendeu com o retorno da realização dos procedimentos eletivos que ficaram represados no período anterior, comprometendo fortemente no resultado da Operadora. Embora a receita bruta operacional tenha crescido na faixa de 18% no período, o custo assistencial apresentou uma elevação acima de 41%, representando uma disparidade muito significativa, revertendo a expectativa do período e culminando em forte resultado negativo. No âmbito dos negócios, em Junho de 2021 o CCG concretizou a venda de 100% da sua operação para o Grupo NotreDame Intermédica — GNDI, que passa a gerir a operadora a partir de 2022.

PERSPECTIVAS E PLANEJAMENTOS PARA 2022

Em Janeiro de 2022 iniciou a gestão do Grupo NotreDame Intermédica — GNDI na Operadora, e com isso as perspectivas de alavancagem da carteira de clientes, valendo-se dos produtos de abrangência nacional e maior competitividade com a concorrência local. Isso trará aumento significativo nas Receitas da Operadora, assim como a expectativa de redução do custo operacional e das despesas operacionais pela sinergia que será gerada entre as estruturas e negociações existentes na empresa em outros locais de operação. Desta forma o planejamento operacional está alicerçado nestas ações que tomarão forma ao longo do período, gerando resultados favoráveis ao negócio.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

ATIVO				PASSIVO			
		2021	2020		2021	2020	
ATIVO CIRCULANTE		146.315.751,70	161.133.117,41	PASSIVO CIRCULANTE		86.588.347,21	79.831.299,84
Disponível	3	3.064.432,94	4.864.278,54	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	49.668.575,31	37.163.614,44
Realizável		143.251.318,76	156.268.838,87	Provisões de Prêmios / Contraprestações		2.217.937,96	4.112.020,03
Aplicações Financeiras	4	82.633.562,36	82.181.278,14	Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		2.217.937,96	4.112.020,03
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		38.226.332,94	35.412.188,12	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		30.579.069,93	23.415.618,90
Aplicações Livres		44.407.229,42	46.769.090,02	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar p/Outros Prestadores de Serv. Assistenciais		62.339,42	186.649,43
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5	24.910.549,37	22.764.973,98	Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		16.809.228,00	9.449.326,08
Contraprestação Pecuniária a Receber		24.036.443,74	18.745.676,27	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14	571.376,46	75.908,68
Participação Benef. em Eventos Indeniz. Assist. Méd.-Hosp.		776.129,94	791.454,07	Contraprestações / Prêmios a Restituir		7.934,27	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		97.975,69	3.227.943,64	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		380.823,57	67.583,34
Créditos de Oper. Assist. à Saúde N/Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora	6	79.354,69	-	Comercialização sobre Operações		182.618,62	8.325,34
Créditos Tributários e Previdenciários	7	826.890,54	1.961.328,62	Débitos c/Oper. Assist. à Saúde N/Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora		-	630.172,32
Bens e Títulos a Receber	8	34.369.336,81	48.699.322,99	Provisões	15	-	2.944.005,72
Despesas Antecipadas		43.1624,99	661.935,14	Provisão para IR e CSLL		-	2.944.005,72
ATIVO NÃO CIRCULANTE		79.605.547,34	73.148.986,99	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	4.858.714,12	11.234.948,82
Realizável a Longo Prazo		14.178.229,12	15.255.043,16	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	18	11.234.516,00	10.764.515,31
Títulos e Créditos a Receber	8	2.977.548,31	5.638.385,90	Débitos Diversos	19	20.255.165,32	17.018.134,55
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	11.200.680,81	9.616.657,26	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		51.742.785,73	69.530.838,16
Investimentos	10	1.817,70	2.757,64	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	3.825.879,71	5.854.063,49
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		1.817,70	2.757,64	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		3.825.879,71	5.854.063,49
Participações Societárias em Rede Assistencial Não Hospitalar		1.817,70	2.757,64	Provisões	20	13.526.749,42	11.539.588,07
Imobilizado	11	36.667.339,77	41.274.476,67	Provisões para Ações Judiciais		13.526.749,42	11.539.588,07
Imóveis de Uso Próprio		4.790.144,46	5.122.256,58	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	1.687.726,76	12.795.810,69
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		4.433.615,35	4.728.059,59	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.687.726,76	12.795.810,69
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		356.529,11	394.196,99	Tributos e Contribuições		-	33.885,76
Imobilizado de Uso Próprio		8.516.286,34	8.697.913,21	Parcelamento de Tributos e Contribuições		1.687.726,76	12.761.924,93
Não Hospitalares / Odontológicos		8.516.286,34	8.697.913,21	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	18	32.547.787,01	38.941.601,23
Imobilizações em Curso		898.341,22	6.802.889,04	Débitos Diversos	19	154.642,83	399.774,68
Outras Imobilizações		22.462.567,75	20.651.417,84	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	21	87.590.166,10	84.919.966,40
Intangível	12	28.758.160,75	16.616.709,52	Capital Social		63.859.600,00	46.859.600,00
TOTAL DO ATIVO		225.921.299,04	234.282.104,40	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		13.000.000,00	-
				Reservas		10.730.566,10	38.060.366,40
				Reservas de Lucros		10.730.566,10	38.060.366,40
				TOTAL DO PASSIVO		225.921.299,04	234.282.104,40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

	NOTA	2021	2020
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		393.402.666,12	334.123.307,18
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	22	403.790.404,28	343.626.387,09
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		403.790.404,28	343.626.387,09
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(10.387.738,16)	(9.503.079,91)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(316.347.323,31)	(219.625.099,69)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(308.987.421,39)	(219.623.059,82)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(7.359.901,92)	(2.039,87)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		77.055.342,81	114.498.207,49
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	24	1.115.126,98	4.059.389,62
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	24	990.735,37	1.828.662,34
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		990.735,37	1.828.662,34
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	24	(36.437.257,98)	(28.853.113,79)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(3.118.582,03)	(188.973,13)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(30.314.074,20)	(25.513.279,58)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		-	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(3.004.601,75)	(3.150.861,08)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	24	(1.209.760,33)	(1.123.107,72)
RESULTADO BRUTO		41.514.186,85	90.410.037,94
Despesas de Comercialização	25	(12.423.308,29)	(6.797.621,45)
Despesas Administrativas	23	(54.614.901,16)	(45.721.177,08)
Resultado Financeiro Líquido	26	(2.143.080,65)	(2.646.788,85)
Receitas Financeiras		4.866.243,82	3.909.526,42
Despesas Financeiras		(7.009.324,47)	(6.556.315,27)
Resultado Patrimonial		337.302,95	267.101,03
Receitas Patrimoniais		341.352,58	335.065,70
Despesas Patrimoniais		(4.049,63)	(67.964,67)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(27.329.800,30)	35.511.551,59
Imposto de Renda		-	(9.619.821,70)
Contribuição Social		-	(3.471.775,81)
RESULTADO LÍQUIDO		(27.329.800,30)	22.419.954,08

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
(+) Recebimento de Planos Saúde	394.285.838,33	338.958.777,58
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	234.531.079,14	227.992.129,68
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.813.568,54	162.395,90
(+) Outros Recebimentos Operacionais	16.272.292,06	36.366.425,76
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(269.023.920,40)	(268.106.190,72)
(-) Pagamento de Comissões	(9.924.560,60)	(8.315.128,86)
(-) Pagamento de Pessoal	(38.794.105,68)	(41.046.809,05)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(2.166.440,00)	(2.509.619,40)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(44.059.717,58)	(13.521.349,52)
(-) Pagamento de Tributos	(27.315.140,97)	(25.557.357,61)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(2.216.244,06)	(2.470.463,67)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.017.164,91)	(3.191.464,44)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.365.544,36)	(2.196.139,27)
(-) Aplicações Financeiras	(226.319.436,78)	(241.381.302,18)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(44.118.311,38)	(6.017.350,55)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(19.417.808,65)	(10.833.446,35)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

	2021	2020
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	682.844,76	2.048.534,28
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(3.390.527,18)	(12.239.992,13)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(2.707.682,42)	(10.191.457,85)
	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	30.000.000,00	-
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	-	31.200.000,00
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(3.140.287,44)	(1.325.020,78)
(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(6.534.067,09)	(4.802.559,12)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	20.325.645,47	25.072.420,10
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(1.799.845,60)	4.047.515,90
CAIXA – Saldo Inicial	4.864.278,54	816.762,64
CAIXA - Saldo Final	3.064.432,94	4.864.278,54
Ativos Livres no Início do Período (*)	4.864.278,54	816.762,64
Ativos Livres no Final do Período (*)	3.064.432,94	4.864.278,54
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(1.799.845,60)	4.047.515,90

OBSERVAÇÃO: Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, deverá constar em notas explicativas a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Fundamentação: CPC 03 - Item 22.

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isso é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	46.859.600,00	-	-	15.640.412,32	62.500.012,32
Lucro Líquido do Exercício	-	-	22.419.954,08	-	22.419.954,08
Reservas de Lucros	-	-	15.640.412,32	(15.640.412,32)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	46.859.600,00	-	38.060.366,40	-	84.919.966,40
Aumento de Capital Lucro Acumulado	-	-	-	-	-
Aumento de Capital em espécie	17.000.000,00	-	-	-	17.000.000,00
Adiantamento para Aumento de Capital	-	13.000.000,00	-	-	13.000.000,00
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(27.329.800,30)	-	(27.329.800,30)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	63.859.600,00	13.000.000,00	10.730.566,10	-	87.590.166,10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(27.329.800,30)	22.419.954,08
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(27.329.800,30)	22.419.954,08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA., é uma operadora de planos de saúde, fundada em 20/maio/1995, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 39.280-4, que atua na comercialização de planos privados de assistência à saúde, através de serviços próprios e de terceiros em nível ambulatorial e hospitalar, firmando convênio com pessoas físicas e jurídicas, na modalidade de pré-pagamento ou de prestação de serviços. Controlada pela CCG Participações S.A. (a "Companhia") a partir do dia 31/05/2019 uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
2.1 Base de Apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2021 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na nota explicativa nº 29.

2.2 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

a) Receita: O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As contraprestações provenientes das operações de planos na modalidade de preço preestabelecido passaram a serem apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário do período de cobertura individual de cada contrato e a parcela das contraprestações correspondente aos dias do período de cobertura, referentes ao mês subsequente, está contabilizada na rubrica "Provisão para Prêmios e Contraprestações Não Ganhas - PPCNG", no passivo circulante.

b) Custo: Os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão Técnica específica (PEONA), nos moldes da regulação em vigor.

c) Rateio de Custos Próprios: Os custos realizados na rede assistencial própria, que opera no mesmo CNPJ, são apurados segundo critério de rateio próprio verificável.

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3 Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em conta banco movimento (vide nota explicativa nº 3).

2.2.4 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão reconhecidas pelo seu valor justo (vide nota explicativa nº 4).

2.2.5 Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Os créditos se referem ao plano com preço preestabelecidos, tendo como contrapartida a conta de Provisão para prêmios e Contraprestações Não Ganhas, no Passivo Circulante e, posteriormente, para a conta de Contraprestações Efetivas de Operações de Planos de Assistência à Saúde, conforme a proporção pro rata dia da cobertura prestada.

A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para os planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais (vide nota explicativa nº 5).

Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no Passivo Circulante, em conta específica de obrigações de Contraprestações Recebidas Antecipadamente.

2.2.6 Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades. A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias (vide nota explicativa nº 6).

2.2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens (vide nota explicativa nº 11).

Através de avaliação e formalização interna da entidade, a mesma concluiu pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores.

2.2.8 Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

2.2.9 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico (vide nota explicativa nº 12).

2.2.10 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Provisões Técnicas

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Devido às atividades operacionais da Operadora certas provisões são requeridas, conforme abaixo:

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, sendo calculada com base em metodologia própria.

A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pelas RNs 322/2013 e 435/2018) (vide nota explicativa nº 13).

A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica "Sistema Único de Saúde - SUS" – em contrapartida "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" (registrado na rubrica "Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS" – no passivo circulante e não circulante. (vide nota explicativa nº 13).

Provisão de eventos ocorridos e não avisados no SUS – PEONA SUS – refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do Sistema SUS e que não tenham sido avisados. Esta provisão foi estabelecida conforme a Resolução Normativa RN 442/2018, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Provisão para Insuficiência de Contraprestação – PIC – refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme a Resolução Normativa RN 442/2018, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Conforme Resolução Normativa 227/2010 alterada pela Resolução 329/2013 e 392/2015, 419/16, 427/17 e 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

Conforme Resolução Normativa 435/2018, as operadoras de grande porte deverão informar em nota explicativa a realização do Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa, além daquelas estabelecidas nesta norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados, observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo. A Operadora realizou o TAP e não identificou insuficiência (vide nota explicativa nº 13).

2.2.12 Empréstimos e Financiamentos a Pagar

São registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço (vide nota explicativa nº 18).

2.2.13 Tributos e Encargos Sociais a Recolher

As obrigações de imposto de renda, contribuição social e demais tributos e contribuições são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente (vide nota explicativa nº 16).

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real e, atingindo os limites previstos na legislação acrescenta o adicional de 10%. A contribuição social é provisionada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

2.2.14 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, jurisprudência pacificada ou transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

c) Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3. DISPONÍVEL	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
Caixa	14.326,70	20.937,99
Bancos conta movimento	3.050.106,24	4.843.340,55
Total	3.064.432,94	4.864.278,54

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
4.1 Vinculadas a Provisões Técnicas		
BBrasil RF LP Dedic ANS	11.989.403,95	11.581.913,15
Bradesco FI RF Dedic ao Setor ANS	5.747.586,87	5.553.774,50
Santander FI Dedic ao Setor ANS	12.644.077,47	10.755.340,58
Santander FI ANS BR RF	773.494,04	747.937,91
Itaú Saúde RF FI	2.952.323,92	2.851.609,03
Banco Santander S.A-Aplic ANS II RF	4.119.446,69	3.921.612,95
Subtotal	38.226.332,94	35.412.188,12
4.2 Não Vinculadas a Provisões Técnicas		
Banco Bradesco	440.586,48	55.669,18
Banco do Brasil	755.176,66	1.069.293,95
Banco Banrisul	7.159,33	7.532,19
Bco Santander S.A-Aplic ContaMax Empres	984.573,95	266.944,34
Bco Santander-Aplic CDB DI Corporate	28.937.168,46	-
Bco Itau-Aplic CDB DI	2.507.907,61	45.369.650,36
Bco BB Aplic RF LP Corporate	3.107.215,28	-
Bco Itau Aplic CDB POS	7.667.441,65	-
Subtotal	44.407.229,42	46.769.090,02
Total	82.633.562,36	82.181.278,14

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas.

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
Planos de Assistência a Saúde		
Planos coletivos	25.015.794,09	17.481.093,57
Planos individuais	5.777.513,08	4.818.075,25
Créditos Operadora	1.053.397,83	4.137.715,11
Subtotal	31.846.705,00	26.436.883,93
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(6.936.155,63)	(3.671.909,95)
Total líquido	24.910.549,37	22.764.973,98

Idade dos saldos dos valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da entidade:

	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
A Vencer	7.688.328,77	16.537.672,44
Vencidos de 1 a 30 dias	21.411.516,01	4.089.255,46
Vencidos de 31 a 60 dias	1.030.766,17	2.033.476,70
Vencidos de 61 a 90 dias	336.546,75	1.216.063,67
Vencidos há mais de 90 dias	1.379.547,30	2.560.415,66
Subtotal	31.846.705,00	26.436.883,93
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(6.936.155,63)	(3.671.909,95)
Total líquido	24.910.549,37	22.764.973,98

6. CRÉDITOS DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela entidade:

Títulos a Receber	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
Contas a receber	90.556,01	-
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	(11.201,32)	-
Total	79.354,69	-

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		EXERCÍCIOS	
	2021	2020	
Créditos Tributários			
IRRF (i)	800.083,79		1.043.195,23
CSRF	-		6.828,91
INSS A Recuperar	225,87		-
PIS E COFINS	15.776,44		3.238,29
ISS A Recuperar	10.804,44		482.924,35
LEI 12.996 (PIS-COFINS)	-		425.141,84
Total	826.890,54		1.961.328,62

(i) IRRF sobre resgates de aplicações financeiras.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER		EXERCÍCIOS	
	2021	2020	
Almoxarifado	6.939.045,56		4.978.851,42
Adiantamentos (i)	23.933.394,68		40.692.264,56
Outros Créditos a Receber ("ii" e "iii")	6.474.444,88		8.666.592,91
Total	37.346.885,12		54.337.708,89
Curto Prazo	34.369.336,81		48.699.322,99
Longo Prazo	2.977.548,31		5.638.385,90
Total	37.346.885,12		54.337.708,89

(i) Adiantamentos realizados a Hospitais Credenciados para atendimento dos beneficiários da Entidade.

(ii) Reembolso de ND a receber e valores de consórcios aguardando contemplação.

(iii) A Entidade constituiu créditos a realizar relativos a montantes pagos a título de Taxa de Saúde Suplementar, no valor de R\$ 2.632.813,14 tendo por base ação judicial transitada em julgado.

9. DEPÓSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS		EXERCÍCIOS	
	2021	2020	
Depósitos/Bloqueios - Eventos Sinistros	1.335.988,02		1.218.589,45
Depósitos/Bloqueios - Tributos / Multas Taxas ANS	285.033,12		325.676,26
Depósitos/Bloqueios - Tributos - ISS	6.395.999,21		4.498.452,83
Depósitos/Bloqueios - Trabalhistas	2.932.979,75		3.309.369,01
Depósitos/Bloqueios - Cíveis	250.680,71		264.569,71
Total	11.200.680,81		9.616.657,26

10. INVESTIMENTOS		EXERCÍCIOS	
	2021	2020	
Partic. Societárias em Rede Assist. Não Hospitalar	1.817,70		2.757,64
Total	1.817,70		2.757,64

Em 03/03/20 o Centro Clínico Gaúcho Ltda passou a ter participação de 1 quota correspondente a R\$ 1,00 (hum real) equivalente a 0,01% do capital social de cada uma das seguintes empresas: Centro Clínico Canoas Ltda, Hospital CCG Saúde Ltda, Laboratório Marques D'almeida Ltda e Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda.

11. IMOBILIZADO		EXERCÍCIOS	
	2021	2020	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos	439.655,67	-	439.655,67
Edificações	6.932.632,11	(2.582.143,32)	4.350.488,79
Instalações	406.080,14	(346.628,41)	59.451,73
Máq. e Equipamentos	11.165.631,16	(6.193.846,69)	4.971.784,47
Informática	6.177.376,03	(4.344.176,06)	1.833.199,97
Móveis e Utensílios	4.534.740,07	(2.976.815,50)	1.557.924,57
Veículos	679.839,02	(520.929,37)	223.572,73
Imobiliz. em Curso (i)	646.646,22	0,00	646.646,22
Outras Imobilizações	33.470.273,82	(10.820.995,12)	22.649.278,70
Totais	64.452.874,24	(27.785.534,47)	36.667.339,77

(i) Projeto de expansão, implantação novo sistema de folha de pagamento, reformas e ampliações de novas unidades de atendimento aos beneficiários e melhorar os processos da Operadora, tanto os assistenciais quanto os administrativos.

12. INTANGÍVEL		EXERCÍCIOS	
	2021	2020	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Sistemas de Computação	28.349.019,18	(10.197.892,97)	18.151.126,21
Aquisição Carteira Multiclinica	11.379.434,20	(934.072,83)	10.445.361,37
Outros Ativos Intangíveis	161.673,17	0,00	161.673,17
Totais	39.890.126,55	(11.131.965,80)	28.758.160,75

13. PROVISÕES TÉCNICAS		EXERCÍCIOS	
	2021	2020	
Provisão para Contrap. Não Ganha (PPCNG) (i)	2.217.937,96		4.112.020,03
Provisão de eventos a liquidar (ii)	62.339,42		186.649,43
Provisão eventos ocorridos e não avisados (iii)	16.809.228,00		9.449.326,08
Provisões de eventos a liquidar para o SUS (iv)	34.404.949,64		29.269.682,39
Total	53.494.455,02		43.017.677,93
Curto Prazo	49.668.575,31		37.163.614,44
Longo Prazo	3.825.879,71		5.854.063,49
Total	53.494.455,02		43.017.677,93

(i) Refere-se a PPCNG, contabilizada considerando o início de vigência da cobertura ou da emissão da nota fiscal, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil;

(ii) Provisão para garantia dos Eventos conhecidos realizado na rede credenciada e ainda não pago.

(iii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em metodologia própria, aprovada pela ANS mediante Ofício nº 2055/2012/GGAME(GEHAIE)/DIOPE/ANS, a qual está registrada integralmente e conforme RN nº 476 e 10ª reunião da DICOL realizada em 27/12/2021, mudando o fator de cálculo da PEONA SUS para a competência de dezembro/2021, permitindo a sua constituição em 1/13 avos.

(iv) Provisão para garantia de eventos referentes a débitos de ressarcimento ao SUS, informados pela ANS, registrados contabilmente e ainda não pagos. A IN Conjunta ANS nº 05/11 determinou a forma de contabilização dos montantes devidos de ressarcimento ao SUS a partir de 30/set./2011.

Adicionalmente a entidade está sujeita às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/20 e alterações:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado: Valor mínimo para operar no mercado de planos de saúde, determinado pela ANS, o qual é calculado com base na região de comercialização e do segmento da entidade.

b) Margem de Solvência: A entidade deve manter patrimônio social ajustado, superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. O prazo máximo permitido para a sua adequação é dezembro de 2022, na proporção cumulativa máxima de 75% em dezembro de 2021, após adoção antecipada de modelo padrão de capital baseado em risco conforme RN 451/2020.

c) Teste de Adequação do Passivo: A seguir seguem as bases técnicas e atuariais do Teste de Adequação do Passivo:

AGREGAÇÃO DE CONTRATOS UTILIZADA NO TESTE	Ajustes na Tábua Biométrica (sim ou não)	Taxa de cancelamentos de contratos* (valor em percentual)	Variação da Despesa Assistencial estimada para o primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste máximo estimado para os planos individuais no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)
Carteira Individual	Não	17,27%	8,60%	8,87%
Coletivo por Adesão	Não	13,29%	8,60%	-
Coletivo Empresarial	Não	18,83%	8,60%	-
Corresponsabilidade assumida em pré-pagamento	Não	23,88%	8,60%	-

A taxa de cancelamento não considera a morte do beneficiário, dado que a tábua biométrica contempla a probabilidade desse evento. Para o segundo ano de projeção foi utilizado o índice de 8,87%, sendo calculado como uma média ponderada pelo índice de Variação de Custo Pessoa Física da ANS atual de -8,19% para 26,4% de beneficiários de contratos individuais ou familiares que tem reajuste até abril/22. E o reajuste de 15,0% (estimativa do banco BTG) para os 73,6% complementares que terão reajustes entre maio e dezembro de 2022.

AGREGAÇÃO DE CONTRATOS UTILIZADA NO TESTE	Reajuste médio por variação de custos estimado para os planos coletivos no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Utilização das faixas etárias da RN 63/2003 para estimação das despesas assistenciais (sim ou não)	Método de interpolação da ETTJ utilizado	Estimativa corrente de fluxo de caixa na data-base (valor em R\$)
Carteira Individual	-	Não	Nenhum	R\$ 56.953.897,30
Coletivo por Adesão	0,00%	Não	Nenhum	- R\$ 2.505.020,83
Coletivo Empresarial	0,00%	Não	Nenhum	- R\$ 2.833.548,16
Corresponsabilidade assumida em pré-pagamento	0,00%	Não	Nenhum	- R\$ 6.701.350,50

Planos coletivos e de corresponsabilidade assumida não têm reajustes por variação de custos, dado que consideram a mensalidade atual (último mês) até a data de aniversário do contrato, tendo a premissa de terem vigência máxima de 1 ano.

Foram utilizadas 16 faixas etárias.

Como os vértices da ETTJ são compatíveis com as datas dos valores futuros do fluxo de caixa, não há interpolação a ser feita para o cálculo do valor presente atuarial. Pode-se concluir que TAP>0, caracterizando que não há a necessidade de constituição de provisão adicional.

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
Contraprestações / Prêmios a Restituir	7.934,27	-
Receita Antecipada Contraprestações	380.823,57	67.583,34
Comissões a Pagar (i)	182.618,62	8.325,34
Total	571.376,46	75.908,68

(i) Comissões relacionadas à venda de planos de assistência médico-hospitalar e odontológica pelos corretores.

15. PROVISÕES	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
Provisão para IR e CSLL		
IRPJ	-	2.163.121,85
CSLL	-	780.883,87
Total	-	2.944.005,72

16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
COFINS a Recolher	261.586,08	5.450.455,43
ISS a Recolher	393.838,25	337.287,02
PIS a Recolher	42.354,81	897.444,39
FGTS a Recolher	438.585,06	473.652,81
INSS a Recolher	970.114,77	1.317.572,80
Processos Verbas Indenizatórias	-	9.402.540,52
COFINS Parcelamento	123.712,23	210.999,06
PIS Parcelamento	32.946,86	54.394,14
INSS Parcelamento	261.156,30	313.046,73
REFIS PGFN Não Parc (1194)	1.498.332,75	2.005.517,77
REFIS PGFN Parc (1204)	337.719,34	473.562,77
REFIS Previdência PGFN Não Parc (1136)	484.156,26	648.042,98
REFIS RFB Não Parc. (1279)	44.268,89	977.689,28
Retenções de Impostos e Contribuições	1.622.656,34	1.410.748,69
CSLL PARCELAMENTO	35.012,94	57.805,12
Total	6.546.440,88	24.030.759,51
Curto Prazo	4.858.714,12	11.234.948,82
Longo Prazo	1.687.726,76	12.795.810,69
Total	6.546.440,88	24.030.759,51

17. PROGRAMA DE PARCELAMENTO	EXERCÍCIOS			
	2021		2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Tributos federais				
Previdenciários (i)	260.426,85	484.885,71	272.500,61	688.589,10
Não previdenciários (ii)	869.151,96	1.202.841,05	1.075.287,07	12.107.221,59
Totais	1.129.578,81	1.687.726,76	1.347.787,68	12.795.810,69

Os valores dos parcelamentos estão assim distribuídos:

(i) Débitos tributários devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") incidentes sobre folha de pagamento e serviços prestados por autônomos;

(ii) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL exigidos tanto pela Receita Federal como pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

Os parcelamentos de tributos federais estão sendo atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR				
Instituição	Vencimento	2021	2020	Finalidade
Banco Brasil (i)	20/05/2024	2.180.837,02	2.973.868,42	Cap. Giro
Banco Bradesco (ii)	23/04/2024	1.190.870,26	1.697.707,05	Cap. Giro
Banco Santander (iii)	Diversos	20.493.245,62	22.554.348,69	Cap. Giro
Banco Itaú (iv)	Diversos	18.964.934,77	21.051.486,87	Cap. Giro
Financiamentos (v)	Diversos	952.415,34	1.428.705,51	Bens Móveis
Totais		43.782.303,01	49.706.116,54	
Curto Prazo		11.234.516,00	10.764.515,31	
Longo Prazo		32.547.787,01	38.941.601,23	
Total		43.782.303,01	49.706.116,54	

Banco	Contrato	Taxa	Final
(i) BB	341502529	CDI+2,15 a.a.	20/05/2024
(ii) Bradesco	10870439-1	CDI+0,20	23/04/2024
(ii) Bradesco	10971469-1	CDI+0,20	23/04/2024
(iv) Itaú	12.461.253-2	2,20%	03/06/2024
(iv) Itaú	4312377-7	2,20%	03/06/2024
(iv) Itaú	21920464-1	CDI + 3,4 a.a.	25/05/2026
(iv) Itaú	GiroCDI	CDI+4,26 a.a.	04/09/2025
(iii) Santander	4919	CDI+2,42aa	04/06/2024
(iii) Santander	270115520	CDI+4,84aa	11/04/2022

(v) Financiamentos

Produto	Banco	Contrato	Final	TIPO
Softwares	Bradesco	1376433	21/06/2023	LEASING
Equip. Médicos Imagem	Bradesco	1376461	29/06/2023	LEASING
Equip. Médicos Imagem	Bradesco	1376610	26/07/2023	LEASING
Servidor	Bradesco	1376604	30/07/2023	LEASING
Fiorino K9127047	Bradesco	8490382	13/02/2024	LEASING
Equipamento de Raio-X	Bradesco	1378722	26/09/2023	LEASING
Ventilador de Transporte	Santander	8827591	18/10/2023	LEASING
Monitor Inmax 10 7D	Santander	3650	25/10/2023	CDC
Diversos Ares-condicionados	Santander	3690	20/01/2023	CDC
Eqptos Médicos	Santander	3710	12/05/2023	CDC
Fiorino	Santander	3770	09/06/2023	CDC
Lavadora Ultrassônica	Bradesco	4695893	20/05/2022	CDC
Detector DRX Plus NF 95454	Bradesco	4848195	01/11/2023	CDC

19. DÉBITOS DIVERSOS	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
Obrigações com Pessoal	7.092.358,93	9.076.026,33
Fornecedores	7.442.884,32	5.508.970,33
Depósitos de Terceiros	12.254,93	161.277,01
Débitos Aquisição de Carteira (ii)	3.370.305,00	-
Outros Débitos (i)	2.492.004,97	2.671.635,56
Total	20.409.808,15	17.417.909,23
Curto Prazo	20.255.165,32	17.018.134,55
Longo Prazo	154.642,83	399.774,68
Total	20.409.808,15	17.417.909,23

(i) Adesão ao Programa de Regularização de Débitos (PRD 2017) das multas Administrativas da ANS na modalidade II: Pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, com redução 60% dos juros e da multa de mora, em 59 prestações mensais.

(ii) Saldo a pagar em agosto/2021 referente aquisição de carteira em Ago/2020 da operadora Multiclinica Serviços de Saúde Ltda correspondente a 11.472 beneficiários.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

20.1 Contingências com Risco de Perda Provável

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	EXERCÍCIOS	
	2021	2020
Trabalhistas	2.143.948,65	2.249.399,43
Multas ANS (i)	285.033,12	216.526,44
Cíveis	412.392,57	346.923,22
Total	2.841.374,34	2.812.849,09

(i) Em relação às Multas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, embora discuta judicialmente estas cobranças.

20.2 Contingência com Risco de Perda Remota	EXERCÍCIO	
	2021	2020
ISS (i)	10.685.375,08	8.726.738,98
Total	13.526.749,42	11.539.588,07

A empresa possui processos questionando a base de cálculo do ISS nas cidades onde possui faturamento. O valor reconhecido está suportado por depósitos judiciais.

20.3 Contingências com Risco de Perda Possível

A entidade também possui processos, cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	EXERCÍCIO	
	2021	2020
Trabalhistas	1.668.986,19	1.452.736,98
Cíveis	1.889.605,17	1.739.035,00
Total	3.558.591,36	3.191.771,98

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 63.859.600,00, representado por 63.859.600 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, de totalidade dos sócios CCG Participações S.A e Laboratório Marques D'almeida Ltda com a seguinte distribuição:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
CCG PARTICIPAÇÃO S.A.	63.859.599	R\$ 63.859.599,00
LAB. MARQUES D'ALMEIDA LTDA	1	R\$ 1,00
TOTAL	63.860.600	R\$ 63.859.600,00

Em 27/12/2021 a sócia CCG Participações S.A realizou um aporte para futuro aumento de capital – AFAC no valor de R\$ 13.000.000,00, sendo registrado e homologado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul - RS em 26/01/2022 sob o registro nº 8115971 de acordo com a alteração contratual nº 61.

22. Receitas com Operação de Assistência a Saúde	EXERCÍCIO	
	2021	2020
Contraprestações Emitidas	405.677.452,42	345.952.393,27
(-) Descontos	(1.887.048,14)	(2.326.006,18)
Total	403.790.404,28	343.626.387,09

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	EXERCÍCIO	
	2021	2020
Pessoal	25.098.322,68	2.679.729,92
Serviços de terceiros (i)	7.791.702,23	7.546.719,69
Localização e funcionamento (ii)	11.839.658,06	7.386.402,67
Publicidade e propaganda	1.432.796,52	2.153.306,84
Tributos	44.115,39	24.507,54
Multas Administrativas (ii)	340.252,41	548.005,08
Outras (iii)	8.068.053,87	5.382.505,34
Total	54.614.901,16	45.721.177,08

(i) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança etc.;

(ii) Reclassificação das multas administrativas aplicadas pela ANS, de Outras Despesas Operacionais para Despesas Administrativas.

(iii) Contingências, despesas diversas (mensalidades e anuidades, serviços comerciais, confraternização, entre outros).

24. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	EXERCÍCIO	
	2021	2020
Outras Despesas Operacionais		
Provisão para perdas sobre créditos	3.004.601,75	3.150.861,08
Outras desp. assist. ñ. relac. c/ planos	1.209.760,33	1.123.107,72
Promoprev	30.314.074,20	25.513.279,58
Outras desp. Operacionais assist.	3.118.582,03	188.973,13
Total	37.647.018,31	29.976.221,51
Outras Receitas Operacionais		
Outras receitas operacionais	1.115.126,98	4.059.389,62
Outras rec. oper. ñ. relac. c/ planos	990.735,37	1.828.662,34
Total	2.105.862,35	5.888.051,96
Resultado	(35.541.155,96)	(24.088.169,55)

25. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Despesas com comissões a equipe interna e a corretores pela venda de planos de assistência médico-hospitalar e odontológica. No exercício de 2021, as despesas de comercialização totalizaram R\$ 12.423.308,29 (R\$ 6.797.621,45 em 2020).

26. RESULTADO FINANCEIRO	EXERCÍCIO	
	2021	2020
Despesas		
Despesas financeiras (i)	1.527.813,47	2.337.754,28
Empréstimos e financiamentos	3.825.002,69	2.814.321,22
Parcelamento de tributos	180.754,40	207.291,41
Outras	1.475.753,91	1.196.948,36
Total	7.009.324,47	6.556.315,27
Receitas		
Recebimentos em atraso	1.254.752,50	935.716,43
Aplicações financeiras	2.831.571,06	1.550.213,14
Outras	779.920,26	1.423.596,85
Total	4.866.243,82	3.909.526,42
Resultado Financeiro Líquido	(2.143.080,65)	(2.646.788,85)

(i) Despesa Financeira referente ao Ressarcimento ao SUS.

27. SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31/dez./2021, a entidade possuía as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Tipo de cobertura	Valores Segurados
Prédios	Roubo, incêndio e outros	123.300.000,00
Frota de veículos	Roubo, acidentes e outros	Valor de mercado FIPE

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A empresa transacionou no exercício com a seguinte empresa:

Coligada: Empresa: Laboratório Marques D'Almeida Ltda.

Operação: Prestação de Serviços
Volume em 2021: R\$ 16.885.254,80
Volume em 2020: R\$ 18.074.923,42
Saldo em Dez/2021: 0,00

Coligada: Empresa: Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda.

Operação: Prestação de Serviços
Volume em 2021: R\$ 131.346,96
Volume em 2020: R\$ 85.051,48
Saldo em Dez/2021: 0,00

Empresa: Hospital CCG Saúde Ltda

Operação: Prestação de Serviços
Volume em 2021: R\$ 15.647.533,71
Volume em 2020: R\$ 0,00
Saldo em Dez/2021: 0,00

Empresa: Centro Clínico Canoas Ltda.

Operação: Prestação de Serviços
Volume em 2021: R\$ 171.972,00
Volume em 2020: R\$ 0,00
Saldo em Dez/2021: 0,00

29. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	2021	2020
Resultado Líquido	(26.930.662,43)	22.419.954,08
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais	23.640.470,09	10.554.309,16
Depreciações e Amortizações	10.060.614,98	5.449.604,66
Variações em Provisões Técnicas	6.960.764,05	2.039,87
Resultado da Alienação/Baixa de imobilizado	(211.940,94)	(444.961,52)
Provisão (Reversão) de Contingências	241.314,14	83.001,36
Provisão para Perdas Sobre Créditos	3.004.601,75	3.150.861,08
Juros sobre Empréstimos	3.585.116,11	2.313.763,71
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		
Varição dos Ativos Circulante e Não Circulante - (Redução)	(4.763.574,98)	(21.117.085,14)
Varição dos Passivos Circulante e Não Circulante - (Aumento)	(11.364.041,33)	(22.690.624,45)
CAIXA LÍQUIDO - ATIVIDADES OPERACIONAIS	(19.417.808,65)	(10.833.446,35)

30. CORRESPONSABILIDADE CEDIDA E ASSUMIDA

A OPS realizou operações de corresponsabilidade cedida e assumida com preço preestabelecido em atendimento médico-hospitalar no ano de 2021 e 2020, conforme quadro abaixo:

EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTENCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (Grupo 411X1)	Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2021	2020
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
16 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	25.449.792,74	4.564.050,62
Total	25.449.792,74	4.564.050,62

31. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

A consolidação do Grupo Econômico é realizada pela empresa controladora CCG Participações S.A.

32. PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia causada pelo covid-19 continuou afetando o setor da saúde suplementar em 2021. No primeiro trimestre do ano, a terceira onda afetou a população brasileira de maneira brusca, superlotando hospitais públicos e privados, trazendo a necessidade de contar com estruturas improvisadas para o devido atendimento, custos muito superiores aos normalmente praticados. No segundo semestre do ano, já com a vacina anti covid em ação, as restrições foram flexibilizadas, afetando as agendas das operadoras e aumentando o custo assistencial. Espera-se que em 2022 a normalidade volte aos atendimentos e os custos voltem a ser coerentes com as receitas auferidas.

NOTA 33. Eventos subsequentes

33.1 - Novas Normas Contábeis do Mercado

Com a publicação da RN ANS nº 472, em vigor a partir do exercício de 2022, as atualizações que poderiam afetar as demonstrações em comparação com as informações divulgadas para o exercício atual, onde se destaca a inclusão/aceitação por parte da ANS do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, e CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, no que se refere a adequação do registro das operações na modalidade de preço pós-estabelecido. Sobre estes dois tópicos, a OPS não possui contratos na modalidade de preço pós-estabelecido, e o estudo realizado com base nos contratos de locação existentes não retornaram valor a ser atribuído, conforme premissas do CPC 06 (R2).

33.2 TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE SOCIETÁRIO

Em 01 Junho 2021, o Grupo NotreDame Intermédica – GNDI, divulgou ao mercado fato relevante, informando a concretização da aquisição de 100% do patrimônio do Grupo econômico CCG Saúde, da qual faz para a Operadora Centro Clínico Gaúcho Ltda (OPS). Durante o segundo semestre de 2021, os trâmites de aprovação da Agência Nacional de Saúde (ANS) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foram finalizados positivamente em relação à transação. Em 10.Janeiro.2022 a gestão integral da OPS passa para o GNDI, que inicia a condução da operação junto aos beneficiários e ao mercado.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores, Diretores e Sócios do
CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - SUS, segue o entendimento manifestado pela ANS na Resolução Normativa nº 476 de 23 de dezembro de 2021, o qual permite a entidade provisionar em 31 de dezembro de 2021, de forma progressiva, o valor total desta provisão, na razão de 1/13 avos até 31 de dezembro de 2022. Sendo assim, o montante de R\$ 5.676.121,40, do total da provisão divulgado pela ANS, não foi contabilizado pela entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

- Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4.552/O-5 S/RS
CVM 7862